



As tecnologias socioterritoriais mundializadas da agroecologia: dos lotes de reforma agrária do Brasil as propriedades familiares em Portugal

Fernando Freitas de Almeida¹

Resumo: O artigo apresenta os principais resultados do estágio de doutoramento na Universidade de Lisboa, apresentando um estudo comparado das tecnologias socioterritoriais da agroecologia identificadas em campo, expondo as distinções e aproximações dos territórios da agroecologia no Brasil e em Portugal. Para tanto, a teoria dos movimentos socioterritoriais tornou-se seminal, ao fornecer elementos para investigação dos territórios camponeses, desde a organização dos lotes de assentamentos da reforma agrária organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) até territórios de resistência camponesa em Portugal. Como resultado principal, pode-se observar tecnologias socioterritoriais da agroecologia em ambos os territórios, tais como: a Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA), agrofloresta, plantio consorciado e educação popular, o que nos permite refletir sobre a mundialização dessas resistências e uma disputa de modelos de desenvolvimento.

Palavras-chave: Agroecologia; Soberania alimentar; Assentamentos; Sistemas agroalimentares.

The Globalized Socio-Territorial Technologies of Agroecology: From Agrarian Reform Plots in Brazil to Family Farms in Portugal

Abstract: The article presents the main results of the doctoral research internship at the University of Lisbon, offering a comparative study of the socioterritorial technologies of agroecology identified in the field, highlighting the distincts and similarities between agroecological territories in Brazil and Portugal. To this end, the theory of socioterritorial movements became seminal, providing elements for investigating peasant territories, from the organization of agrarian reform settlement plots arranged by Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) to peasant resistance territories in Portugal. The main result observed is the presence of socioterritorial technologies of agroecology in both territories, such as Community-Supported Agriculture (CSA), agroforestry, intercropping, and popular education. This allows us to reflect on the globalization of these resistances and a contest over development models.

Keywords: Agroecology; Food sovereignty; Settlements; Agri-food systems.

¹Universidade Estadual Paulista-UNESP, Brasil. *Autor correspondente: fernando.f.almeida@unesp.br

Introdução

O trabalho trará a síntese da pesquisa de intercâmbio de doutorado realizada na Universidade de Lisboa, no Centro de Estudo Geográfico – CEG, dentro do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT). Como recorte fundamental, tem-se os lotes de reforma agrária dos assentamentos Ipanema e Bela Vista em Iperó/SP, no Brasil, e a Quinta da Maravilha em Portugal, por compreender que estes territórios têm a agroecologia como princípio e diferem de territórios tipicamente apropriados pelos capitalistas.

Quando observamos os princípios da agroecologia postos em giz na lousa no lote Mãe Terra no Brasil e da mesma forma na Quinta da Maravilha em Portugal, pode nos conduzir a pensar sobre as tecnologias socioterritoriais mundializadas, porém mesmo que a estética seja a mesma, os conteúdos sociais postos são outros e precisam ser analisados de forma crítica. Se no Brasil os camponeses são vistos como classe, a partir da organização de movimentos socioterritoriais, na reprodução de seu modo de vida e na criação de políticas de assentamentos que permitiram sua territorialização a partir da luta, os camponeses observados em Portugal são vistos no modo de vida, por não terem uma luta articulada de maneira mais ampla.

A teoria dos movimentos socioterritoriais de Fernandes (2005) e Pedon (2009) faz-se fundamental, pois, ao analisar ambos os territórios, temos como central a disputa por um projeto de desenvolvimento territorial, que passa pela organização destes camponeses envolvidos na defesa da agroecologia. A agroecologia e a soberania alimentar são conceitos centrais, por compreender que ambos orientam a atuação dos camponeses, povos das florestas, indígenas de todo o mundo, sobretudo aqueles vinculados à Via Campesina (LVC), importante articuladora da luta em escala planetária, destacando-se a América Latina como locus da resistência camponesa dos movimentos socioterritoriais.

Para tal, como objetivo do texto, apresentaremos as aproximações e estranhamentos das tecnologias da agroecologia desenvolvida no Brasil, com a participação dos movimentos socioterritoriais, e a agroecologia praticada em Portugal, com produção de base familiar e como coaduna com a produção do seu próprio modo de vida, trazendo seu caráter mundializado.

Metodologia

A metodologia central da análise refere-se ao trabalho de campo, realizado nos lotes de reforma agrária no Brasil e na Quinta da Maravilha, em Portugal, sendo possível realizar observações e diálogos com os sujeitos sobre as tecnologias socioterritoriais e a agroecologia, princípios presentes nos territórios. A partir de tal metodologia, teremos a fotografia entendida como documento de uma determinada época, que permite revelar a organização dos territórios.

A revisão bibliográfica foi fundamental, passando por conceitos como agroecologia, soberania alimentar e tecnologias socioterritoriais, sendo que as bibliografias aqui presentes foram organizadas no software Mendeley, gerenciador de referências.

Agroecologia como contra modelo dos movimentos socioterritoriais

O conceito de agroecologia será aqui entendido como um contra modelo de desenvolvimento do capitalismo, conforme argumentado por Rosset (2017), Rabello (2018) e Almeida (2023), ou seja, a agroecologia não é considerada um modelo único, mas sim uma das possibilidades de superação dos modelos tipicamente capitalistas de produção, circulação e consumo. Entendemos também a agroecologia como um caminho no qual os camponeses, indígenas, povos das florestas e demais movimentos articulados a Via Campesina (LVC) encontraram para fazer a defesa da soberania alimentar em escala mundial. Pode-se ainda afirmar que os conteúdos da agroecologia presentes na ciência ocidental, ao encontrar os movimentos da América Latina, avançam para além da produção, destacando-se como defesa do território e como uma das formas mais importantes de organização dos movimentos agrários.

“Mientras que muchos vean a la agroecología como una ciencia occidental, LVC y CLOC mas bien plantean la agroecología en el contexto de estas disputas territoriales, de la (re)construcción de “territorios campesinos,” y de la producción de alimentos para sus familias y comunidades (soberanía alimentaria) (ROSSET, 2015, p. 9).

A agroecologia será vista também como bandeira dos movimentos socioterritoriais articulados, e o conceito científico faz emergir a compreensão de Altieri (2012), que tem como princípio: “[...] os sistemas de produção fundados em princípios agroecológicos são biodiversos, resilientes, eficientes do ponto de vista energético, socialmente justos e constituem os pilares de uma estratégia energética e produtiva fortemente vinculada à noção de soberania alimentar” (ALTIERI 2012, 15).

Destaca-se que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) avançou em sua própria definição do entendimento do que são as práticas agroecológicas, conforme colocado por Matheus e Feliciano (2021), passando pelo debate da reforma agrária popular e da questão agrária mais ampla, fundamental para o entendimento deste trabalho.

Esta definição parte de debates profundos e horizontais com outros movimentos socioterritoriais, em diversas escalas. Machado *et al.* (2022), ao analisar as ações coletivas de solidariedade durante a pandemia, apresentam a capacidade dos movimentos socioterritoriais de produzir alimentos

Freitas de Almeida

agroecológicos em quantidade e qualidade, garantindo segurança alimentar para muitas pessoas durante a crise imposta pela pandemia, como demonstram os autores: “As ações de solidariedade do MST e de outros movimentos socioterritoriais são reveladoras da capacidade da agricultura camponesa de produzir alimentos em quantidade e qualidade que garantam a segurança alimentar e nutricional da população.” (MACHADO *et al.* 2022, 174).

Conforme Rosset (2017), a agroecologia deve ser baseada em princípios e não em receitas, ou seja, afirma-se assim que os modelos prontos não servem à agroecologia, pois cada território desenvolve a agroecologia conforme sua cultura, suas possibilidades, seus aprendizados. Porém, observa-se alguns conhecimentos gerais dos camponeses do Brasil e Portugal conquistados através das trocas.

A resistência dos camponeses, conforme Fabrini (2006), precisa ser vista em escala, pois o camponês dialoga com outros territórios, e conforme avança esta organização, sua luta mundializa. Entende-se assim a agroecologia como um contra modelo historicamente criado pelos camponeses, indígenas, povos da floresta, sistematizado pelos movimentos socioterritoriais organizados, sobretudo aqueles vinculados à Via Campesina, que têm como base a mundialização desta luta. A partir de uma perspectiva contra-hegemônica, ora mais subordinada, ora mais autônoma, temos o ponto de partida teórico do artigo, tendo em vista a mundialização mais geral da agricultura controlada pelo capitalismo, como aponta Oliveira (2012).

A tecnologia socioterritorial, por sua vez, tem como arcabouço teórico autores como Coca, Vinha, Cleps Junior (2021) Coca (2022), Sansolo *et al.* (2021), que compreendem esta como parte das necessidades dos territórios contra-hegemônicos e buscam resolver problemas subjacentes nas mais diversas escalas. Funcionando como resistência aos modelos de tecnologias do capitalismo, ao ser territorializada pelos movimentos socioterritoriais, assume um caráter comunitário, que difere do caráter privatista.

Com base na discussão realizada, podemos apresentar a seguinte definição de tecnologia socioterritorial: toda tecnologia (seja ela como produto ou processo, material ou imaterial) criada a partir da cultura local, enraizada nos sítios simbólicos de pertencimento (Zaual, 2006) de determinadas comunidades, em suas múltiplas dimensões, de acordo com as condições e as necessidades do lugar e visando a resistência no território, a permanência e a reprodução sociocultural e ambiental e que, dessa forma, pode se territorializar e se ampliar em diferentes escalas (SANSOLO *et al.* 2021, 108).

Tecnologias socioterritoriais que partem de um conhecimento histórico dos povos do campo, que desenvolveram nos diversos agroecossistemas,

através de intercâmbio de saberes, a seleção de espécies, o saber fazer, o conhecimento popular, possibilitando o atual momento do desenvolvimento da agroecologia como praxis.

Essa abordagem, portanto, reconhece que as populações do campo são portadoras de um saber legítimo, construído por meio de processos de tentativa e erro, de seleção e aprendizagem cultural, que lhes permitiram captar o potencial dos agroecossistemas com os quais convivem há gerações. Basta lembrar que a esmagadora maioria das espécies agrícolas e dos animais domésticos atualmente existentes é obra do trabalho coletivo e milenar dos povos camponeses, e não de institutos de pesquisa, universidades ou empresas (GUBUR; TONÁ, 2012, p. 64).

Neste sentido, reconhecer os camponeses e os povos da floresta como sujeitos protagonistas da agroecologia e do desenvolvimento de suas tecnologias, em diferentes escalas, faz-se fundamental. Em outras palavras, a ciência e a tecnologia são lugares privilegiados na sistematização dos conhecimentos da agroecologia, mas não se realizam sem os sujeitos do campo, sua cultura, seu modo de vida e seu conhecimento.

Evidentemente, não se trata de descartar a ciência e a tecnologia, mas da necessidade de um diálogo de saberes que reconheça nos povos do campo e da floresta sujeitos privilegiados da agroecologia, um diálogo não exclusivamente técnico, nem com finalidade econômica e ecológica apenas, mas também de ordem ética e cultural, e que se materialize, inclusive, em ações sociais coletivas. Esse diálogo traz profundas implicações (GUBUR; TONÁ, 2012, p. 64).

Outro elemento diz respeito à escalabilidade da produção deste conhecimento, pois compreende-se que da mesma forma que ocorre a internacionalização das tecnologias de produção privadas, conforme Chenais (1996), marcada pelo controle das grandes multinacionais sobre as patentes, produção, intercâmbio e circulação em diversas etapas, apresenta-se a proposição de compreensão das tecnologias socioterritoriais da agroecologia sob o viés da mundialização, como possibilidade de resistência e garantia da reprodução da vida.

Para além de situações meramente conjunturais, a permanência dos camponeses na terra e sua reprodução social encontra-se, hoje, gravemente ameaçada pelo modelo tecnológico hegemônico que é, em nível mundial, a base de sustentação do agronegócio”(GUBUR; TONÁ, 2012, p. 60).

Freitas de Almeida

A compreensão dos movimentos socioterritoriais de se organizarem em torno de uma organização como a Via Campesina (LVC), e regionalmente na América Latina como a Coordenadoria Latino-americana de Organizações do Campo (CLOC), coaduna com a necessidade de propor um modelo de desenvolvimento que difere do capitalista, e este modelo só se faz possível no campo, com a defesa da soberania alimentar, da agroecologia como bandeira e com o desenvolvimento de tecnologias socioterritoriais criadas nos territórios destes sujeitos.

Coca (2022) apresenta em seu texto este caráter de uma mudança ainda incipiente da perspectiva urbana em relação à soberania alimentar, muito ligada ao consumo de alimentos, sobretudo no hemisfério norte. Pode-se observar isso no campo, e será referenciado no capítulo de análise, mas de fato ainda se considera ínfima no recorte do estudo.

Estudo atuais como os de McMichael (2014), De Schutter (2015) e Coca (2016a, 2016b), pontuam que, em escala global, a soberania alimentar tem vivido sua segunda geração. Isso porque, quando ela foi proposta pela La Via Campesina, em meados da década de 1990, ela era referida aos movimentos camponeses de luta pela terra, ou seja, seu foco principal era a mudança nos aspectos produtivos. Nesse momento, ganharam maior destaque as articulações que visavam causar mudanças no sistema agroalimentar de países do Hemisfério Sul. Porém, atualmente, a soberania alimentar também tem sido utilizada como referência para o consumo de alimentos, assumindo uma perspectiva urbana, especialmente em países do Hemisfério Norte (ROMÁN-ALCALÁ, 2015; SCHIAVONI, 2009). Por mais que essa nova tendência não se sobreponha à primeira em importância, ela não deixa de indicar a maior complexidade que está relacionada às disputas pela orientação dos sistemas agroalimentares na atualidade (McMICHAEL, 2014) (COCA 2022, p. 33).

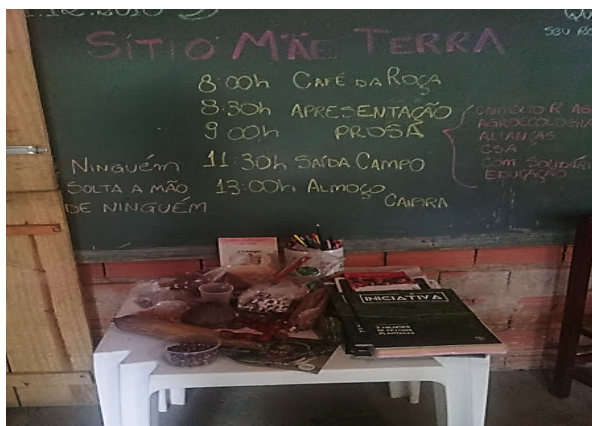
Com este fundamento teórico fundamental, pode-se compreender a soberania alimentar como referência dos territórios, a agroecologia como bandeira e caminho presente nos territórios camponeses e dos povos da floresta, e as tecnologias socioterritoriais como possibilitadoras da praxis desses dois conceitos.

Tecnologias socioterritoriais da agroecologia no Brasil e em Portugal

Pode-se pensar a agroecologia, posta em dois territórios distintos: nos assentamentos de reforma agrária fruto de um processo de luta do campesinato que tem na conquista do assentamento o ponto de partida para sua reprodução, conforme Feliciano (2009), e conseqüentemente nas práticas agroecológicas e também na Quinta da Maravilha, que tem como bandeira a defesa da agroecologia em um contexto que se difere sobretudo por se tratar de uma propriedade privada da terra dentro de um país central ao capitalismo, Portugal.

Dentro deste contexto, as lousas que provocaram a análise deste artigo podem ser vistas nas Figura 1 e 2, pois foram tiradas em um encontro com almoço caipira no assentamento e um almoço agroecológico na Quinta, ambos tinham como intuito apresentar a agroecologia à comunidade urbana e optaram por colocar, nas lousas, seus princípios. No Sítio Mãe Terra, na figura 1, a frase cunhada pós-eleição do Jair Bolsonaro “Ninguém solta a mão de ninguém”, em rosa quase apagado, também: a defesa da reforma agrária, a agroecologia, a Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA), além da solidariedade e educação. Por sua vez, na Quinta da Maravilha, a Associação pela Manutenção da Agricultura de Proximidade (AMAP/CSA), viveiro, agricultura regenerativa, soberania alimentar e novamente a educação.

Figura 1 - Lousa no Almoço caipira no lote Mãe Terra - Assentamento Bela Vista Iperó/SP – 2018.



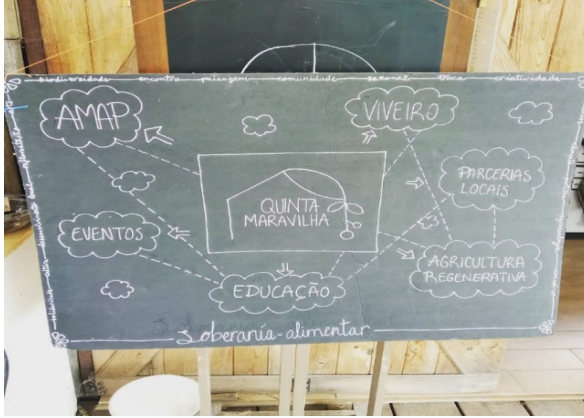
Fonte: Elaboração própria (2018).

Palavras em vermelho: “Contexto R Agrária, Agroecologia, Alianças, CSA, Com Solidária, Educação”.

Palavras na borda: “liberdade, cultura, desenvolvimento local, regeneração, biodiversidade, encontro, paisagem, comunidade, sazonal, troca, criatividade, cuidados, alimentos, partilha, agroecologia, consorcio”.

Ao olhar para ambas as fotografias, pode-se observar tecnologias socioterritoriais que se mundializam, sejam as materiais, como a CSA e os almoços agroecológicos, ou imateriais como soberania alimentar, agroecologia e a educação. Os princípios da agroecologia estão presentes em ambos os territórios e ultrapassam a perspectiva puramente ecológica de quando cunharam o conceito de agroecologia, ao trazer para o centro do debate preocupações sociais e econômicas.

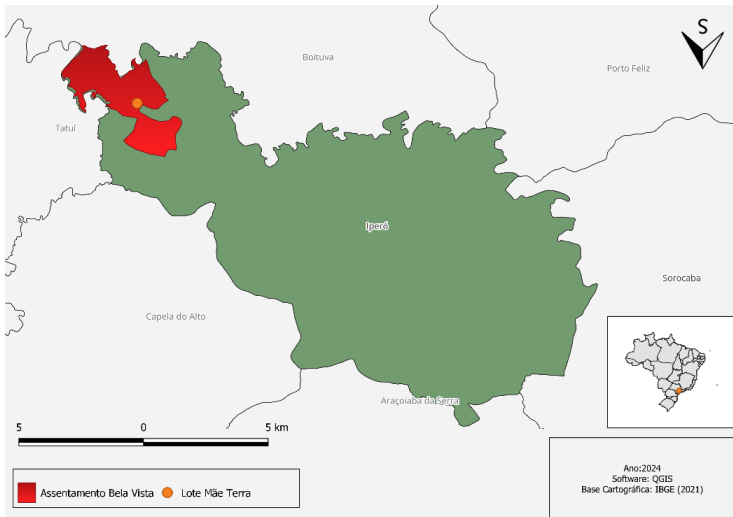
Figura 2 - Lousa no Almoço agroecológico na Quinta da Maravilha - Portugal – 2023.



Fonte: Elaboração própria (2023).

O lote Mãe Terra foi importante na análise por ser o lócus de defesa da reforma agrária no assentamento Bela Vista. Sua localização privilegiada, próxima ao centro de Iperó e às cidades da região, como observado no mapa da Figura 3, e sua atuação em defesa dos princípios da agroecologia são fundamentais para o trabalho, permitindo observar diversas estratégias de produção de alimentos saudáveis.

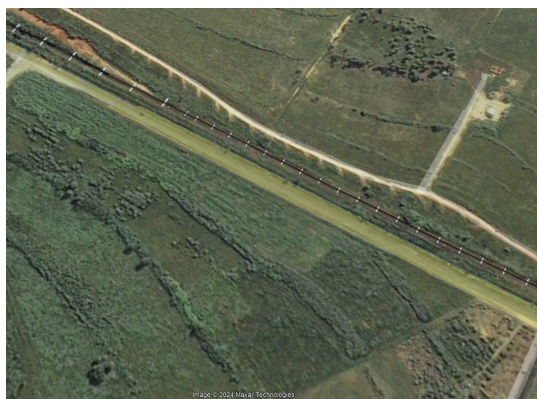
Figura 3 - Mapa de localização Lote Mãe Terra – Iperó, Brasil, 2024.



Fonte : Elaboração própria

Pode-se observar nas Figuras 4a e 4b a contribuição significativa para a natureza com a ocupação e o avanço da agroecologia no lote Mãe Terra, localizado ao sul da linha férrea Sorocabana. É possível afirmar que as tecnologias socioterritoriais da agroecologia se manifestam por meio da resistência dos camponeses territorializados, produzindo floresta.

Figura 4a - Lote Mãe Terra – Iperó – Brasil - março/2003.



Fonte: Google Earth (2024).

Figura 4b - Lote Mãe Terra – Iperó – Brasil - abril/2023.



Fonte: Google Earth (2024).

Estas diferenças são seminais, pois dentro do assentamento do MST, a agroecologia tem sido vista articulada com lutas mais gerais da sociedade, como a defesa de um modelo de desenvolvimento. Podemos observar ações articuladas, tomando como exemplo que durante a pandemia, alimentos agroecológicos foram doados, alimentos produzidos nos assentamentos e doados na cidade. Pode-se observar em campo este momento, quando

Freitas de Almeida

alimentos produzidos dentro dos princípios da agroecologia foram doados na parte urbana de Iperó, saindo direto dos lotes de reforma agrária e indo para frente de um conjunto habitacional popular. Se a barreira financeira é a lógica mais hegemônica de acesso aos alimentos, a doação aparece como resistência (Figuras 5 e 6).

Figura 5 - Carreta carregada no Lote Mãe Terra com alface crespa, cheiro verde, limão rosa, hortelã para doação.



Fonte: Elaboração própria (2022).

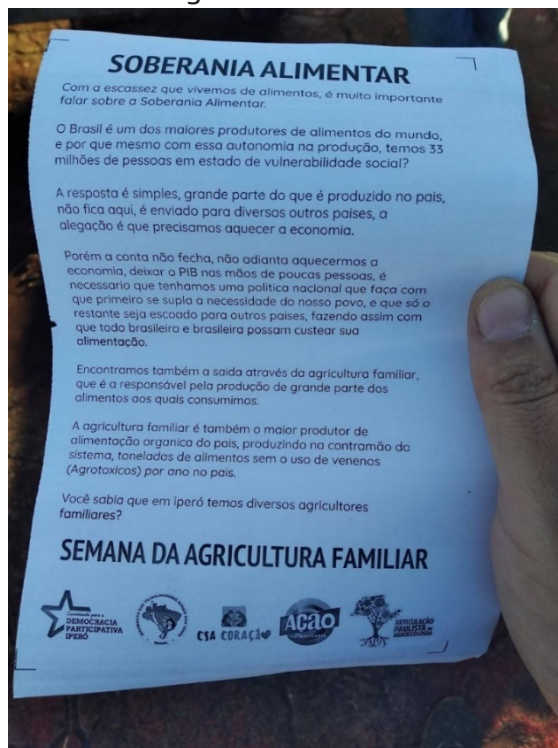
Figura 6 - Doação sendo realizada na praça a frente do prédio do CDHU.



Fonte: Elaboração própria (2022).

A doação de alimentos surpreendeu os moradores, muitos chegavam do trabalho porque era final da tarde, alguns chegaram com dinheiro na mão para comprar achando que não era doação, outros ao perceber que não iria pagar, agradeciam e falavam que “chegou em boa hora”, a solidariedade presente surpreendeu, demonstrando que é possível garantir acesso aos alimentos agroecológicos. Juntamente com a doação, os movimentos socioterritoriais e socioespaciais de Iperó e região, identificados na Figura 3, elaboraram um panfleto sobre a soberania alimentar para ser entregue junto à doação, demonstrando a preocupação com aspectos da conscientização da população (Figura 7).

Figura 7 - Panfleto elaborado sobre Soberania Alimentar elaborado na Semana da Agricultura Familiar.



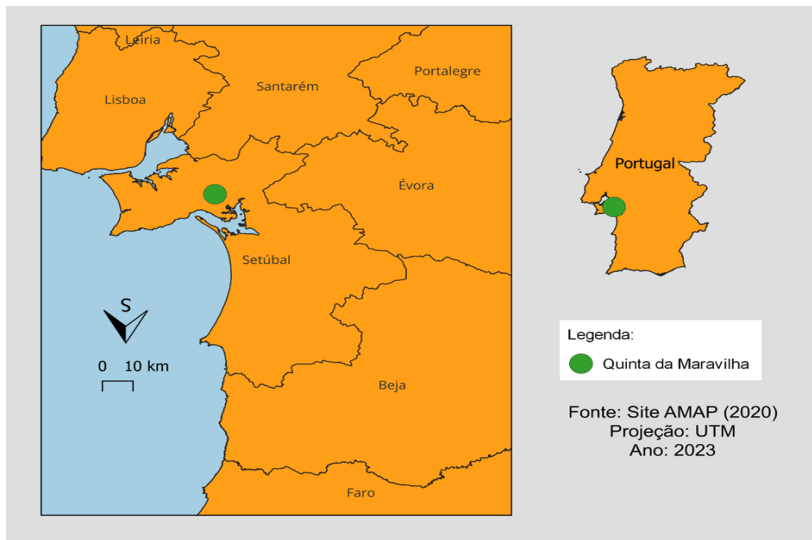
Fonte: Elaboração própria (2022).

Preocuparam-se em garantir acesso ao alimento e também disseminar ideias em torno da defesa da soberania alimentar, coadunando com as análises de Coca (2022), que entende a soberania alimentar como responsável pela territorialização de contra-espços.

Dentre as principais conclusões, percebe-se que mesmo que a soberania alimentar esteja sendo implementada no Brasil por meio de ações pontuais, não fazendo parte de um processo de mudança estrutural, ela pode ser lida como responsável pela existência de contra-espacos que fogem das dinâmicas hegemônicas da organização do território. Isso pode ser percebido por meio de exemplos como a produção sob bases agroecológicas, o comércio solidário, a criação de mercados alternativos entre outros etc. (COCA 2022, p. 27).

O trabalho de campo na Quinta da Marvilha em Portugal foi realizado em 2023, possibilitado a partir do 3º evento de capacitação organizado pela K-evolution, uma instituição do terceiro setor, tendo como tema "O Sistema de Produção AMAP". Este evento foi parte de um conjunto de eventos financiados pelo THE PLACE instituto, que tem financiado essas atividades em Setúbal, Portugal, e na Turquia. A quinta em questão entrega produtos agroecológicos no sistema de AMAP/CSA, atuando em três concelhos: Lisboa, Almada e Palmela, e está localizada em Setúbal, conforme Figura 8.

Figura 8 - Mapa de localização Quinta da Marvilha, Portugal - 2023.



Fonte: Elaboração própria (2023).

A propriedade foi adquirida há seis anos, em um solo arenoso e com área verde ínfima conforme possível de observar nas imagens de satélite. A necessidade de regenerar o solo para garantir o plantio, mostrou-se evidente nas falas dos camponeses e na observação. Para tal as tecnologias socioterritoriais

que permitiram o processo de regeneração da Quinta, foram as utilizadas na agroecologia, agrofloresta, cobertura vegetal e plantio consorciado (Figuras 9 e 10).

Figura 9 - Quinta da Maravilha – Setúbal – Portugal - maio/2013.



Fonte: Google Earth (2024).

Figura 10 - Quinta da Maravilha – Setúbal – Portugal - abril/2023.



Fonte: Google Earth (2024).

Pode-se observar a centralidade da educação também na Quinta, ficando evidente em diversas dimensões: nas dinâmicas, nos cuidados com a organização do espaço, nas falas e nas mensagens presentes no ambiente. Em diálogo com o responsável pela Quinta, pode-se perceber que há um intenso intercâmbio, tanto em escala local quanto mundial, de conhecimento. Quando ele menciona que houve na Quinta para realizar formação e trocas de saberes militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e também de um indígena Mapuche, demonstra que a troca dos movimentos socioterritoriais é mundializada, e ressalta

o quanto a América Latina tem a oferecer em termos de conhecimento sobre as práticas agroecológicas para os países centrais do capitalismo.

Há também uma preocupação latente com o meio ambiente, não apenas na produção, mas também na observação da Quinta: nos banheiros secos, havia dois, reduzindo o consumo de água potável; na reciclagem, com a separação de materiais; e também na compostagem, reaproveitando as sobras de alimentos que retornam para o ciclo, gerando mais alimentos.

Quando buscamos fazer as aproximações, observamos haver princípios e práticas agroecológicas em ambos os territórios, tais como: agrofloresta, consórcios de plantas, produção de Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs), Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA), solidariedade, respeito ao meio ambiente e práticas educacionais (Figura 11).

Figura 11 - Quinta da Maravilha - visita ao plantio consorciado - 2023.



Fonte: Elaboração do Autor (2022).

Os plantios consorciados destacam-se como uma tecnologia socioterritorial desenvolvida pelos camponeses e adotada pela agroecologia, diferindo da produção convencional. Isso possibilita a troca de energia, um maior controle de pragas e uma variedade sazonal de alimentos, visto que cada planta pode produzir em épocas diferentes. Esses elementos foram apresentados pelos camponeses tanto em Portugal quanto no Brasil.

Outra tecnologia presente nos territórios são as agroflorestas. Enquanto na agricultura convencional a lógica hegemônica é a derrubada das árvores para maximizar os lucros e ampliar as áreas de plantio, na agroecologia a

floresta torna-se aliada. Isso permite a produção dentro das áreas, gerando cobertura vegetal e água, fornecendo lenha e estabelecendo uma relação mais harmoniosa com a natureza (Figura 12).

Figura 12 - Assentamento Ipanema Iperó – visita ao plantio consorciado com agrofloresta ao fundo - 2022.



Fonte: Elaboração do Autor (2023).

Outra tecnologia presente nos territórios são as agroflorestas. Enquanto na agricultura convencional a lógica hegemônica é a derrubada das árvores para maximizar os lucros e ampliar as áreas de plantio, na agroecologia a floresta torna-se aliada. Isso permite a produção dentro das áreas, gerando cobertura vegetal e água, fornecendo lenha e estabelecendo uma relação mais harmoniosa com a natureza.

A Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA) é outra tecnologia socioterritorial presente nos assentamentos de Iperó/SP e na Quinta da Maravilha. Seu princípio é a troca, eliminando atravessadores. Os camponeses produzem alimentos agroecológicos de época em quantidade e, com frequência semanal ou quinzenal, entregam em um local combinado ou no próprio lote. Os coprodutores (consumidores) pagam um valor fixo para ter acesso a esses alimentos, coresponsabilizando as duas partes pela produção/circulação/consumo.

As Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs) também são uma prática presente. Diante da racionalização das dietas em escala mundial, consumir esses alimentos, historicamente consumidos por camponeses e

Freitas de Almeida

povos das florestas, cria outra racionalidade em relação ao que comemos, muitas vezes possibilitando a troca de saberes no preparo desses alimentos.

As tecnologias socioterritoriais presentes revelam como a troca mundial dos saberes camponeses e indígenas através da agroecologia está cada vez mais presente. Esses conhecimentos, gerados historicamente, bem como saberes comunitários, são trocados e possibilitam que as comunidades os apliquem conforme as possibilidades materiais, climáticas, econômicas e sociais.

A condição presente nas duas realidades - de um lado, o Brasil, que tem o movimento socioterritorial como base constituinte da agroecologia, que se faz a partir da luta organizada pelo MST, e, por outro lado, Portugal, um movimento ainda incipiente, com uma organização ainda em desenvolvimento, por meio de associação, mas conectado ao mundo e às possibilidades de financiamento criadas pelas políticas da União Europeia (U.E) - nos permite refletir sobre a mundialização das tecnologias socioterritoriais.

Conclusões

As práticas agroecológicas vêm se mundializando e ganhando centralidade na luta em defesa da soberania alimentar, nos mais diversos territórios, mostrando-se fundamental na produção de alimentos saudáveis em qualidade e quantidade.

No Brasil, essas tecnologias socioterritoriais mundializadas da agroecologia encontraram como aliados os assentamentos rurais e os movimentos socioterritoriais, enquanto em Portugal essas práticas ainda incipientes e localizadas encontram sujeitos críticos organizados. Isso revela-se fundamental, demonstrando resistência em ambos os territórios ao modelo hegemônico de desenvolvimento.

As tecnologias socioterritoriais da agroecologia, ao partir das necessidades dos territórios camponeses, avançam como resistência dentro desses territórios estudados, buscando, sob outra lógica que não a capitalista, garantir a reprodução dos camponeses, da natureza e da sociedade como um todo. Isso é especialmente relevante quando comparado com as tecnologias desenvolvidas pelo capitalismo, que são apropriadas privadamente por aqueles que têm capital e raramente têm como preocupação a reprodução da vida.

Por fim, uma necessidade identificada é a de avançar essas tecnologias socioterritoriais para além dos mercados alternativos, sob o prisma de que estes ainda excluem uma parcela significativa da população e, mesmo com as doações vistas em campo, tornam-se incipientes. Os limites encontrados estão bastante relacionados ao próprio sistema capitalista e à forma como os regimes alimentares foram se organizando nas sociedades. A lógica terra-poder-capital é hegemônica nas sociedades e precisa ser superada, mas a agroecologia pontua como a forma atual mais eficiente de repensar essa lógica no campo.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com financiamento da Universidade Estadual Paulista - UNESP, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente - SP. Departamento de Geografia. Programa de Pós-Graduação em Geografia que possibilitou estágio de doutoramento em Portugal sob a supervisão do Professor Dr. Luís Moreno no Centro de Estudos Geográficos (CEG) do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT) na Universidade de Lisboa (ULisboa).

Referências

ALMEIDA, R. A. **A agroecologia da classe camponesa**. In: ALMEIDA, R. A.; NARDOQUE, S. (Eds.). Dinâmica territorial em tempos de hegemonia do capital monopolista. Campo Grande/MS: UFMS, 2023.

ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CHESNAIS, A. **Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã VM Ed. Graf. Ltda., 1996.

COCA, E. L. F. A soberania alimentar como parte dos contra-espacos do Brasil contemporâneo. **Boletim Alfenense de Geografia**, v. 2, p. 25-43, 2022. DOI: <https://doi.org/10.29327/243949.2.3-2>.

COCA, E. L. F.; VINHA, J. S. C.; CLÉPS JÚNIOR, J. Movimentos socioterritoriais, agroecologia e soberania alimentar em Minas Gerais. **Campo Território**, v. 16, p. 117-144, 2021. DOI: <https://doi.org/10.14393/RCT164205>.

FABRINI, J. E. A escala da luta e resistência camponesa. **Geosul**, v. 21, n. 42, p. 63-91, 2006.

FELICIANO, C. A. **Terra em Disputa: Terras (re)tomadas no Pontal do Paranapanema**. 2009. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos. **Revista Nera**, v. 8, n. 6, p. 24-34, 2005. DOI: <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i6.1460>.

GUHUR, D. M. P.; TONÁ, N. **Agroecologia**. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 59-67.

MACHADO, A. dos S.; ALBUQUERQUE JORGE, A.; MANÇANO FERNANDES, B. Pandemia, ações de solidariedade do MST e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. **Revista Campo-Território**, v. 17, n. 47, p. 155-178, 2022. DOI: <https://doi.org/10.14393/RCT174708>.

MATHEUS, F. A.; FELICIANO, C. A. Reforma agrária, agroecologia e os desafios para a construção de novas formas de relação sociedade-natureza durante e pós-pandemia. **Retratos de Assentamentos**, v. 24, n. 1, p. 44-67, 2021. DOI: <https://doi.org/10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2021.v24i1.469>.

OLIVEIRA, A. U. **A mundialização da agricultura brasileira**. In: Colóquio Internacional de Geocrítica, 7-11, 2012.

PEDON, N. R. **Movimentos socioterritoriais: uma contribuição conceitual à pesquisa geográfica**. 2009. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente.

RABELLO, D. **Camponeses assentados e as práticas agroecológicas do contexto do agrohídronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema (SP)**. 2018. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

ROSSET, P. **A territorialização da agroecologia na disputa de projetos, e os desafios para as escolas do campo**. In: RIBEIRO, D. S. (Ed.). *Agroecologia na Educação Básica: questões propositivas de conteúdo e metodologia*. São Paulo: Outras Expressões, 2017.

ROSSET, P. Epistemes rurales y la formación agroecológica en la Vía Campesina. **Revista do Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América Latina Ciência & Tecnologia Social**, v. 2, p. 8-16, 2015.

SANSOLO, G. D. *et al.* Tecnologias socioterritoriais, soberania e segurança alimentar e nutricional. In: SANSOLO, G. D.; ADDOR, F.; EID, F. (Eds.). **Tecnologia social e reforma agrária popular**. Cultura Acadêmica, 2021.